

AA



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

cult
alg Direção Regional de
Cultura do Algarve

Relatório de Atividades 2016

Março 2017



Índice de matérias

Nota Introdutória	4
1. Promoção e divulgação cultural.....	7
1.1. Apoio à ação cultural.....	7
1.2. Apoio à edição de obras temáticas	7
1.3. Página internet e redes sociais	8
1.4. Prémio Regional Maria Veleda.....	8
2. Direção de Serviços dos Bens Culturais.....	10
2.1. Âmbito de atividade e competência	10
2.2. A estratégia que foi adotada	10
2.3. O que foi planeado	11
2.4. As plataformas que foram utilizadas.....	15
2.5. O que foi concretizado.....	17
2.5.1. Na vertente da conservação, valorização, e gestão dos bens culturais afetos, garantindo e melhorando as condições de acesso e a fruição dos bens culturais.....	17
2.5.2. Na vertente da patrimonialização dos bens culturais	20
2.5.3. Na vertente da proteção dos bens culturais	21
2.5.4. Na vertente do estudo valorização/requalificação e difusão dos bens culturais.....	24
2.5.5. Apoio técnico a museus e coleções visitáveis da região	26
3. Divisão de Administração de Recursos.....	28
4.1. Âmbito de atividade e competência	28
4.2. Plataformas utilizadas.....	31
4.3. Gestão Financeira:.....	32

4.4. Procedimentos de aquisição de Bens ou Serviços:.....	36
4.5. Gestão de Recursos Humanos:.....	39
4.5.1. Recrutamento	40
4.5.2. Licenças.....	41
4.5.3. Aposentação.....	41
4.5.4. Juntas Médica	41
4.5.7. Alterações Remuneratórias	41
4.5.8. Mapa de pessoal	41
4.5.9. Ações de Formação, Seminários, workshops e outro, desenvolvidos em 2016	41
4.6. Disponibilização e Comunicação de dados	42
4.7. Gestão dos Monumentos afetos.....	42
4.8. Publicidade Institucional	43
5. Avaliação final	45
5.1. Avaliação final DSBC.....	45
5.2. Avaliação final DAR.....	45
5.3. Avaliação final da Direção Regional de Cultura do Algarve.....	47
Anexos	48
I – QUAR	
II – Lista de Apoios 2016	
III – Monumentos – Monitorização de indicadores	

 GOVERNO DE PORTUGAL DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	MINISTÉRIO DA CULTURA	Relatório de Atividades 2016	4/48

Nota Introdutória

Esforço contínuo no desenvolvimento cultural do Algarve e na salvaguarda do seu património imaterial

2016 foi mais um ano de resiliência e de esforço contínuo de construção de uma agenda regional para o cultura e o património do Algarve.

Para além de continuar a dinamizar e a valorizar a expressão cultural associada aos bens culturais imóveis, promoveu-se através de mais uma edição do DiVaM- Programação de Dinamização e Valorização dos Monumentos do Algarve uma abordagem socialmente mais convivida do nosso património. Foram várias as ações que visaram aumentar o valor percebido do Património Cultural pelas diferentes comunidades, criando dinâmicas que possam promover um novo olhar sobre o mesmo.

O reforço público da importância da cultura para a região através de incentivos e espaços de debate foi, em nosso entender, o factor de maior relevância deste ano, destacando-se: a continuidade do Prémio Maria Veleda, criado em 2014; o Estudos sobre a satisfação dos visitantes na visita aos monumentos afetos; a continuidade da parceria e dos encontros em torno da literatura e das letras com a designação de "Café Com Letras" com a Universidade do Algarve e a FNAC; a continuidade da comemoração regional do Dia Nacional das Bandas Filarmónicas em parceria com a Fundação Inatel (2ª edição); e continuidade dos apoios à edição sobre a história e cultura regional, com mais uma nova edição publicada pela DRCA Algarve.

Promoveram-se ainda ações de articulação com o turismo (várias candidaturas a novas rotas e projetos) e com as autarquias para a valorização e divulgação patrimonial. No âmbito da relação com a Universidade do Algarve e a CCDRALgarve ganhou especial relevância o desenvolvimento do projeto «Articular para Intervir», corporizando o contributo da DRCAIlg para o plano de salvaguarda da Dieta Mediterrânica, dinamizando ações em torno da salvaguarda deste Património Cultural I da Humanidade da UNESCO, que tem em Portugal o Município de Tavira como a sua comunidade representativa.

A Marca do Património Europeu para o Promontório de Sagres e a candidatura dos “Lugares da Primeira Globalização” à lista indicativa do Património Mundial junto do Comité Nacional da UNESCO continuaram o seu processo de afirmação.

A visão proposta para esta Direção Regional - Ser reconhecido como serviço de referência no apoio à defesa, à salvaguarda e à valorização do património cultural imóvel, móvel e imaterial, mas também na actividade criativa e na promoção da identidade cultural, da região do Algarve – esteve sempre presente na atuação desenvolvida ao longo de todo o ano.

As necessidades apontadas como mais prementes no plano de atividade de 2016 e que incluíam: preencher o Mapa de Pessoal, respetivamente nas áreas da salvaguarda e da recepção e vigilância dos monumentos; a necessidade de investir na manutenção corrente dos monumentos afetos, permitindo evitar intervenções de fundo muito mais onerosas num futuro próximo e até a necessidade de diversificar e dinamizar a oferta dos produtos culturais das lojas para aumentar a receita; foram dificultadas por condicionantes marcadamente externas a esta Direção Regional, porque dependentes

 GOVERNO DE PORTUGAL DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	MINISTÉRIO DA CULTURA	Relatório de Atividades 2016	6/48
--	-----------------------	------------------------------	------

de disponibilidades de pessoas com vínculo à administração pública para por mobilidade integrar os quadros deste organismo, pela dificuldade de ultrapassar as limitações financeiras e as cativações às verbas inicialmente previstas em orçamento, e também, pela incapacidade de com uma equipa sobredimensionada para as suas necessidades, conseguir levar a cabo todo um conjunto alargado de tarefas e responsabilidades associadas a garantir o normal funcionamento do organismo, incapacitando a resposta e o desenvolvimento destas e de outras ações.

O nosso compromisso com o serviço público levam-nos a reconhecer que todos temos dificuldades e constrangimentos na prossecução do planeamento inicialmente apresentado, mas o envolvimento e o entusiasmo de cada um de nós, e desta equipa no seu conjunto, procurou sempre a concretização deste compromisso alargado.

Mantemos assim o sonho, a esperança, o desejo, e a vontade constantes, de continuar incessantemente a contribuir para as dinâmicas que conduzam ao reconhecimento colectivo e individual da nossa cultura. Como entidade facilitadora da cultura, das artes e do património, prosseguimos na identificação e aproximação de vontades que contribuam para um território mais cultural.

Alexandra Rodrigues Gonçalves

Diretora Regional de Cultura do Algarve

17 de março de 2017

Handwritten signature

1. Promoção e divulgação cultural

1.1. Apoio à ação cultural

A Direção Regional de Cultura do Algarve, através da criação de programas específicos de apoio à ação cultural no Algarve, que assentam em normas e critérios previamente estabelecidos e devidamente publicitadas, promove a corresponsabilização mútua de todos os agentes envolvidos no projeto comum de desenvolvimento cultural do Algarve.

Em 2016, a Direção Regional de Cultura do Algarve procurou dar continuidade aos grandes objetivos da política cultural do governo, interpretando-os e traduzindo-os, no quadro das suas competências, à escala do Algarve, desenvolvendo parcerias adequadas com outros organismos desconcentrados, com as autarquias, escolas e universidades, através da celebração de acordos ou protocolos de cooperação.

Aos agentes culturais da região, foi concedido apoios, abrangendo mais de 60 Associações (inclui DIVAM - Dinamização e valorização dos Monumentos).

1.2. Apoio à edição de obras temáticas

Paralelamente à sua capacidade editorial própria, decorre do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, que também compete à DRCAIlg apoiar iniciativas editoriais locais ou regionais, de caráter não profissional, que correspondam a necessidades específicas da região. Neste sentido, foi instituído um Regulamento de Apoio à Edição de Obras Temáticas e constituída uma Comissão Consultiva de apoio à decisão, que, durante o ano de 2016, reuniu por três vezes (em 10 de maio, 25 de julho e em 24 de outubro), tendo sido, na sequência das suas recomendações, apoiada a edição num total de 8.678€.

1.3. Página internet e redes sociais


Correspondendo a uma atualização das suas competências e à dinâmica que se pretende imprimir ao setor de comunicação, foi criada em 2014 uma nova página eletrónica da Direção Regional de Cultura do Algarve: www.cultalg.pt, e um mini site dos monumentos afetos à DRCAlg: www.monumentosdoalgarve.pt.

1.4. Prémio Regional Maria Veleda

Maria Veleda, pseudónimo da farense Maria Carolina Frederico Crispim (1861-1955), destacou-se como uma das mais influentes mulheres do nosso País, na luta pela justiça e igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, entre os quais o direito ao voto. Foi escritora, jornalista interventiva, professora, educadora, republicana ativa, conferencista, livre pensadora e lutadora pelos direitos das mulheres.

O Prémio, instituído pela DRCAlg e a atribuir através de concurso regional, é um contributo para a medida «Mulheres Criadoras de Cultura», preconizada no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, a decorrer no período 2014-2017, e visa, anualmente, destacar uma personalidade com um percurso cultural e cívico relevante para o Algarve.

Em 2016, em conformidade com a decisão do júri constituído por destacadas individualidades (António Branco, professor e reitor da UAlg; Idílio Revez, jornalista; José Carlos Barros, escritor e arquiteto paisagista; Lídia Jorge, escritora; Mirian Nogueira Tavares, professora e diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UAlg; Natividade Monteiro, professora e investigadora; Paulo Cunha, professor e músico) e pelas Diretoras Regionais de Cultura do Alentejo (Ana Paula Amendoeira) e do Algarve (Alexandra Rodrigues Gonçalves, que presidiu ao júri), o Prémio Maria Veleda foi atribuído nos termos da ATA elaborada para o efeito. De acordo com o n.º 2

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE</small>	<small>MINISTÉRIO DA CULTURA</small>	Relatório de Atividades 2016	9/48

do artigo 5.º do Regulamento do Concurso, publicado na II série do DR N.º 105, de 02.06.2016, no valor monetário de 5.000 €. Por unanimidade o júri deliberou que o Dr. José Luis Leite da Silva Louro era a personalidade a distinguir com o Prémio “Maria Veleda 2016”, por reconhecer que o seu percurso de vida, bem como a sua participação cívica e cultural davam uma clara resposta aos critérios subjacentes à criação e à distinção a atribuir.

2. Direção de Serviços dos Bens Culturais

2.1. Âmbito de atividade e competência

A Direção de Serviços dos Bens Culturais (DSBC) é a única unidade orgânica nuclear da Direção Regional de Cultura do Algarve (reorganizada pelo Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio) e foi criada na dependência hierárquica da Diretora Regional de Cultura pela Portaria n.º 227/2012, de 3 de Agosto, estando as suas competências definidas no n.º 1 do artigo 2.º deste diploma legal.

2.2. A estratégia que foi adotada

Em 2016, as principais estratégias adotadas para prosseguir as competências e cumprir os objetivos traçados para a DSBC foram:

1. Valorizar o capital humano, nomeadamente adotando e melhorando procedimentos no atendimento aos utentes dos monumentos afetos que dispõem de equipamento de apoio à visita e interpretação, monitorizando o seu grau de satisfação e incentivando a adoção de boas práticas na gestão dos bens culturais;
2. Melhorar os sistemas de informação e comunicação e melhorar os processos de comunicação externa e interna, promovendo o bom uso do sistema de gestão de documentação (Contab) interno à DRCAlg e das plataformas eletrónicas de gestão dos bens culturais (SIUlisses, Portal do SIRJUE, Portal do Arqueólogo, repositório FileZila do Arquivo Central da Arqueologia Portuguesa, SaphetyGov);
3. Assegurar a melhoria contínua no processo de cooperação regional, envolvendo as autarquias e os agentes culturais e patrimoniais da região na definição dos instrumentos de intervenção estratégica e nas ações de proteção, valorização, divulgação e produção de conhecimento sobre os bens culturais da região;



4. Conservar, salvaguardar e valorizar os bens culturais concretizando parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região e adotando boas práticas na sua gestão, de acordo com as normas definidas pela autoridade nacional patrimonialmente competente (Direção-geral do Património Cultural) e os princípios internacionalmente aceites.
5. Reforçar o valor percebido da cultura, promovendo programas multissetoriais com o Turismo, com a Educação e com as forças de segurança de forma a preservar e divulgar o Património Cultural da região.

2.3. O que foi planeado

O Plano de Atividades para 2016 destacou as atividades e os projetos que se consideraram indispensáveis na prossecução da nossa missão e atribuições, tendo em consideração as necessidades e fragilidades específicas da região, bem como o orçamento. Nas vertentes da gestão dos bens culturais afetos, da patrimonialização, proteção e valorização/requalificação dos bens culturais da região, e do apoio técnico aos museus e coleções visitáveis da região, o Plano destacou:

1. Garantir a execução (física e financeira) do Projeto de Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres (PRVPS) – um projeto com a contrapartida nacional assegurada pelo Programa de Intervenção de Turismo, do Turismo de Portugal e pelo PO Algarve 21 no eixo do Património Cultural.
2. Concretizar a candidatura do Promontório de Sagres a Marca do Património Europeu.
3. Atualizar e implementar os planos de monitorização e manutenção dos monumentos afetos – monitorizando o estado de conservação dos oito imóveis afetos e atualizando os respetivos planos de manutenção, imprescindíveis à sua

- conservação preventiva e ao aumento de qualidade de oferta aos visitantes dos monumentos, o que previsivelmente incrementará a receita.
4. Intervir nos imóveis classificados afetos à DRCAI, realizando pequenas obras de manutenção e conservação preventiva.
 5. Assegurar-se a gestão dos equipamentos integrados nos monumentos afetos e a curadoria dos espaços expositivos nele incluídos.
 6. Promover o investimento em produtos e conteúdos dos monumentos afetos – permitindo o aumento de oferta e, conseqüentemente, da receita.
 7. Propor e analisar propostas de classificação e executar os procedimentos instrutórios de classificação e definição de ZEP de bens culturais imóveis localizados na região.
 8. Atualizar a inventariação sistemática e georreferenciada dos bens culturais imóveis da região, atualizar os conteúdos da base de dados do SIUlisses e contribuir (em articulação com a DGPC) para a atualizar a inventariação sistemática e georreferenciada dos bens que integram o património arqueológico (SIEndovélico).
 9. Identificar parcerias territoriais com vista a uma maior monitorização e controlo da preservação do património cultural em zonas de proteção (fora das zonas urbanas elaboração de protocolo com GNR/SEPNA).
 10. Efetuar os procedimentos instrutórios de análise de Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA), de propostas de Projetos de Investigação Plurianuais em Arqueologia (PIPA) e de relatórios de trabalhos arqueológicos.
 11. Acompanhar as intervenções arqueológicas decorrentes de PATA, incluindo a componente arqueológica das intervenções nos bens imóveis classificados e nos imóveis localizados nas zonas de proteção.

12. Efetuar os procedimentos instrutórios de salvaguarda/licenciamento de obras em imóveis e sítios classificados ou em vias de classificação, nas respetivas zonas de protecção e nas áreas com sensibilidade arqueológica;
13. Apoiar tecnicamente, acompanhar e controlar as intervenções nos bens culturais classificados da região.
14. Promover a Salvaguarda dos Bens Culturais Imateriais através da investigação, registo e inventariação das manifestações do Património Cultural Imaterial que contribuem para o reforço da identidade regional – analisando propostas e apoiando a execução dos procedimentos instrutórios de inscrição de bens culturais imateriais no INPCI – e participar no desenvolvimento do projeto «Articular para Intervir», incorporizando o contributo da DRCAIlg para o plano de salvaguarda da Dieta Mediterrânica, dinamizando ações em torno da salvaguarda deste património reconhecido pela UNESCO como PCI da Humanidade.
15. Continuar a implementação de ações de articulação com o turismo e com as autarquias para a valorização e divulgação patrimonial, procurando valorizar e divulgar o património cultural através dos seguintes projetos (candidaturas no âmbito do Interreg V): Castelos de Fronteira; Itinerário Virtual do Património Romano; ‘upgrade’ da Rota de Al-Mutamid/Interreg V; ‘upgrade’ da Rota DESCUBRITER/Interreg V e Espaço Atlântico; Património Industrial Transfronteiriço, viabilizando através de investimento público intervenções em torno de rotas que podem contribuir para maior atratividade do património histórico e cultural da região.
16. Preparar e coordenar projetos regionais que promovam a Valorização e Dinamização do Património Religioso do Algarve com potencial turístico (em parceria com entidades proprietárias, a CCDRAIlg, AMAL, Universidade do Algarve,

União das Misericórdias, Diocese do Algarve, Delegação Regional do IPDJ, Delegação Regional do IEFP, GNR). Nomeadamente, apoiar a preparação de candidaturas de intervenção prioritária decorrentes do PRIPALG ao PO regional, dirigida à valorização dos bens culturais das comunidades religiosas do Algarve, corporizando o contributo da DRCAlg para o plano de Turismo Religioso e eventualmente para a iniciativa «Rota das Catedrais».

17. Apoiar os museus da Rede Portuguesa de Museus/RPM na região e cooperar ativamente com a Rede de Museus do Algarve/RMA (participando nas reuniões plenárias e nos grupos de trabalho da RMA), apoiar outros museus e coleções visitáveis da região, e nomeadamente prestar apoio técnico às coleções das Misericórdia existentes na região (em conformidade com o Protocolo de colaboração estabelecido entre o SEC e a União das Misericórdias Portuguesas).
18. Instruir procedimentos e propor à DGPC a incorporação em museus da Rede Portuguesa de Museus dos espólios procedentes de trabalhos arqueológicos efetuados na região.
19. Gerir as reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAlg e preparar a instalar reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAlg em Aljezur, em Vila do Bispo e em Castro Marim mediante a implementação de protocolos com as CM de Aljezur, de Vila do Bispo e de Castro Marim.
20. Viabilizar a criação de uma rede (ou centro) de reservas arqueológico do Algarve e continuar o rastreio dos acervos de materiais arqueológicos existentes em depósitos, coleções visitáveis e museus fora da região.

2.4. As plataformas que foram utilizadas

Para a prossecução das suas atribuições e competências, a DSBC utilizou as seguintes plataformas eletrónicas:

- Contab – Sistema de gestão documental interno, implementado pela DRCALG, que foi utilizado para a gestão eletrónica dos documentos entrados e expedidos e das informações técnicas produzidas;
- Sistema de Informação Ulisses – Sistema de gestão dos documentos e procedimentos de salvaguarda dos bens culturais, que foi utilizado para a gestão dos documentos entrados e expedidos, informações técnicas produzidas e tramitação dos procedimentos de salvaguarda relativos a classificação de bens imóveis e móveis, acompanhamento de Instrumentos de Gestão Territorial, procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, emissão de pareceres sobre planos e para licenciamento de projetos, obras e intervenções de iniciativa pública ou privada a realizar em imóveis classificados ou em vias de classificação e nas respetivas zonas de proteção, e para emissão de pareceres sobre realização de trabalhos arqueológicos (requerimentos de autorização e apreciação de relatórios de trabalhos arqueológicos realizados);
- Portal do SIRJUE – Sistema de Informação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. De acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e posteriormente alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, pelos Decretos-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e n.º 120/2013, de 21 de agosto, a tramitação dos processos é obrigatoriamente realizada de modo informático através do recurso a sistema ou plataforma própria. A regulamentação do funcionamento do referido sistema informático consta da Portaria n.º 216-

A/2008, de 3 de março, a qual estabelece que a Administração Central deve disponibilizar um sistema informático ou plataforma, concretizado através do SIRJUE, para a realização das consultas externas às entidades da Administração Central (EAC) direta ou indireta. Durante o ano de 2014 utilizaram sistematicamente a plataforma SIRJUE os municípios de Albufeira (ABF), Aljezur (AJZ), Faro (FAR), Lagos (LGS), Loulé (LLE), Monchique (MCO), Olhão (OLH), Vila do Bispo (VBP) e Vila Real de Santo António (VRS), e, ainda esporadicamente, o município de Castro Marim (CMR);

- Portal do Arqueólogo – plataforma criada pela DGPC para facilitar e agilizar procedimentos e promover a dinâmica entre a tutela do património arqueológico e o trabalhador/investigador. O Portal permite a pesquisa das ocorrências de património arqueológico inventariadas no SIEndovélico (sistema de informação e gestão arqueológica), com origem nos documentos técnicos existentes nos processos do Arquivo Central da Arqueologia Portuguesa (gerido pela DGPC), na bibliografia especializada, e nas ações de relocalização de novos sítios efetuadas pelos técnicos da DGPC e das Direções Regionais de Cultura (sendo a atualização da base de dados diária e permanente). O Portal permite a consulta de Autorizações para Trabalhos Arqueológicos, a gestão de relatórios entregues, a consulta do ‘curriculum vitae’ dos requerentes, a localização geográfica de sítios arqueológicos, a gestão on-line dos procedimentos de submissão de requerimentos de Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) e a notificação do respetivo despacho decisório;
- Repositório FileZila do Arquivo Central da Arqueologia Portuguesa – criado pela DGPC para o arquivo eletrónico e consulta on-line dos relatórios de trabalhos arqueológicos realizados ao abrigo da legislação vigente;

- Plataforma SaphetyGov – plataforma eletrónica privada, desenvolvida empresarialmente pelo Grupo Sonae, que permite a desmaterialização, simplificação e automatização de procedimentos de contratação pública.

2.5. O que foi concretizado

De acordo com as competências que lhe estão atribuídas pelo n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 227/2012, de 3 de Agosto, na área da proteção, salvaguarda e valorização dos bens culturais, a DSBC deu cumprimento aos Objetivos Operacionais (OO) traçados no QUAR e outros adiante elencados.

2.5.1. Na vertente da conservação, valorização, e gestão dos bens culturais afetos, garantindo e melhorando as condições de acesso e a fruição dos bens culturais

Projeto de Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres (PRVPS) – Para inverter o processo de degradação do Promontório de Sagres, onde se localizam a Torre e Muralhas de Sagres, classificadas como monumento nacional, e os edifícios de apoio ao visitante e à gestão do sítio, restituindo a capacidade de atração do lugar, deu-se continuidade à execução (física e financeira) do PRVPS. O projeto traduz-se numa intervenção de fundo, integrada, para requalificar o monumento como pólo cultural de referência, contribuindo para o alargamento da oferta cultural, turística e de lazer da região. Foram neste âmbito executadas em 2016 diversas intervenções programadas no âmbito da 2.ª fase do projeto:

- Continuação da empreitada de reabilitação do Corpo A;
- Conclusão da empreitada de reabilitação do Corpo B, C e D
- Levantamento fotográfico e videográfico
- Produção de projeto digital integrado para o Promontório de Sagres (website) e instalação de i-beacons com notificações automáticas informativas sobre diversos pontos de interesse na visita à Fortaleza de Sagres;

 GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA CULTURA DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	Relatório de Atividades 2016	18/48
---	------------------------------	--------------

- Distribuição do livro “Henrique, o Precursor da Globalização”;
- Produção e difusão on-line de filme promocional do Promontório de Sagres (em português, inglês e espanhol);
- Distribuição do “Caderno do Jovem Turista” (em português, inglês e espanhol).

Distinção do Promontório de Sagres como Marca do Património Europeu – na sequência da candidatura apresentada em 2005, o Promontório de Sagres foi distinguido pela União Europeia com a Marca do Património Europeu, como um dos lugares que tiveram um papel relevante na construção da Europa, associado à figura do Infante D. Henrique e aos Descobrimentos Portugueses. No dia 28/10/2016, teve lugar na Fortaleza de Sagres a cerimónia ‘Sagres - Marca do Património Europeu e Lugar de Globalização’. No decorrer da cerimónia foi lançado o livro “Henrique, o Precursor da Globalização”, apresentado pelo seu autor, o historiador João Paulo Oliveira e Costa. A obra, editada pela DRCAlg está disponível em quatro línguas (português, espanhol, inglês e alemão) e propõe-nos a descoberta de facetas menos conhecidas da personalidade do Infante. Foi também feita a apresentação do sítio da internet <http://promontoriodesagres.pt>; o projeto integra uma plataforma digital integrada composta pelo website (disponível nas versões em português, inglês e espanhol) e uma aplicação móvel e respetiva ativação com conteúdos georreferenciados, com notificações automáticas informativas sobre diversos pontos de interesse na visita à Fortaleza de Sagres. Decorreu ainda a estreia mundial do filme informativo e promocional “À descoberta do Promontório de Sagres”, que pretende cativar o público mais jovem para o património e para o extremo Barlavento algarvio, sendo este filme visualizável no site do Promontório, dispondo de versões legendadas em inglês e espanhol.



Monitorização dos imóveis afetos – Foi efetuada a monitorização do estado de conservação dos oito imóveis afetos.

Intervenções nos imóveis afetos – Para além das intervenções, da maior vulto, realizadas na Fortaleza de Sagres no âmbito do PRVPS, efetuou-se a desmatação dos espaços exteriores dos imóveis afetos e realizou-se um conjunto de intervenções preventivas e corretivas nos bens classificados, no património neles integrado e nos equipamentos integrados de apoio à visita e interpretação (um total de 8 ações de conservação e de requalificação dos monumentos e do património neles integrado).

Gestão dos equipamentos integrados – Continuou a assegurar-se a gestão dos equipamentos integrados e a curadoria dos espaços expositivos, nomeadamente em parceria com outras entidades ou mediante protocolos de gestão conjunta, designadamente implementando os protocolos de gestão conjunta dos Monumentos de Alcalar (com a CM de Portimão) e do Castelo de Paderne (com a CM de Albufeira) e a curadoria da Casa Rural de Milreu (com o CIAC/UAlg).

Extensão Cultural – No âmbito dos Serviços Educativos, acompanharam-se ao longo do ano diversas visitas de grupos escolares, académicos e outros de âmbito cultural que integram entidades diversas. Na ausência de um Projeto Educativo para os monumentos afetos, considera-se essencial o estabelecimento de parcerias com os serviços educativos da Rede de Museus do Algarve.

Desenvolveram-se diversas ações de divulgação patrimonial, realizadas em parceria com entidades externas no âmbito do programa de Dinamização e Valorização dos Monumentos do Algarve (DiVaM 2016) – um programa de dinamização e valorização dos monumentos implementado pela Direção Regional de Cultura, pela primeira vez em 2014 – mediante o apoio a iniciativas culturais locais ou regionais de agentes, estruturas, projetos e ações de caráter não profissional que, pela sua natureza,

corresponderam a necessidades ou aptidões específicas da região e não integraram programas de âmbito nacional. Em 2016 as iniciativas integradas no DiVaM ofereceram à população um leque diversificado de atividades culturais que abrangeram música, teatro, dança, performance e recriações históricas, complementando a oferta cultural dos monumentos afetos, com o objetivo de levar as comunidades próximas a visitar o seu património.

Foram apurados todos os indicadores relativos a visitantes, receitas e setor educativo, comparando-os com o ano anterior de forma a aferir a sua variação. Vide anexo - Monitorização de indicadores (2016).

2.5.2. Na vertente da patrimonialização dos bens culturais

Com a liderança da Região de Turismo do Algarve e a participação ativa dos municípios de Lagos, Vila do Bispo, Aljezur, Monchique e Silves, e das Direções Regionais da Cultura da Madeira e dos Açores, e contando com o apoio da Universidade do Algarve, a DRCAIg impulsionou a candidatura conjunta a Património Mundial dos "Lugares de Globalização", sendo de destacar o apoio científico dado pelo Professor Doutor Rui Loureiro e a atenção especial do Professor Doutor Guilherme d'Oliveira Martins e da Doutora Lídia Jorge, padrinhos deste empreendimento. A iniciativa visa a salvaguarda, valorização e reconhecimento mundial de um conjunto de bens culturais que se associam ao primeiro desígnio de globalização comercial da Era Moderna. Na sua essência, essa globalização foi concretizada no século XV a partir da experiência de navegação dos mareantes algarvios e da prática dos construtores navais da Flandres, na tradição de construção naval da Europa atlântica; aproveitando uma conjuntura favorável nas relações entre os países da fachada atlântica europeia, este projeto 'algarvio' foi incentivado pelo Infante Dom Henrique, abrindo um mundo novo (na visão ocidental) e iniciando um comércio internacional que teve como

veículo principal o mar-oceano. Em 2016, a candidatura recebeu a aceitação da Comissão Nacional da UNESCO, sendo inscrita na lista indicativa nacional dos bens culturais a candidatar ao Património Mundial. O trabalho, agora iniciado, continuará a carecer do maior empenho das entidades envolvidas para alcançar o resultado desejado, de inscrição na lista do Património Mundial da UNESCO.

A candidatura da «Costa Sudoeste», liderada pela CM de Odemira e que envolve 4 municípios e diversas entidades do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e que inclui o Promontório de Sagres e a Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, foi inscrita pela Comissão Nacional da UNESCO na lista indicativa nacional dos bens culturais a candidatar ao Património Mundial.

Apresentaram-se ou analisaram-se e submeteram-se a despacho da DGPC 4 novas propostas para classificação de bens culturais imóveis localizados na região (para abertura ou arquivamento de procedimento de grau nacional).

Deu-se continuidade ao apoio aos procedimentos instrutórios de inscrição de bens culturais imateriais no INPCI, nomeadamente das manifestações: Festa das Chouriças de Querença; Festa das Tochas Floridas de São Brás de Alportel; Festa da Pinha de Estoi; Doçaria Tradicional Algarvia (Lagos como comunidade representativa).

2.5.3. Na vertente da proteção dos bens culturais


Em articulação com a DPIMI da DGPC, prosseguiu-se o Atlas do Património Cultural Classificado e em Vias de Classificação, tendo sido atualizada a cartografia georreferenciada (com identificação e verificação dos limites dos novos imóveis em vias de classificação e classificados, e as respetivas zonas de proteção) para a totalidade dos 16 municípios algarvios.

De acordo com a mesma metodologia, continuou a atualizar-se a informação referente aos imóveis classificados e em vias de classificação dos municípios da região, bem como a revisão (pontual) dos conteúdos da base de dados do SI Ulisses.

No domínio da inventariação sistemática e georreferenciada dos bens que integram o património arqueológico, deu-se continuidade aos procedimentos de inventariação das cavidades naturais endocársicas do Algarve para avaliação da sua eventual ocupação humana antiga (projeto PROPEA), de acordo com o protocolo de colaboração estabelecido entre a DRCAlg e a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

Foi estabelecida uma parceria territorial com vista a uma maior monitorização e controlo da preservação do património cultural abrangido por servidão administrativa de proteção (fora das zonas urbanas), estabelecendo-se um protocolo de colaboração com GNR/SEPNA, que oferece soluções inovadoras ao nível dos procedimentos de proteção e salvaguarda dos bens culturais. No âmbito desse protocolo, foi realizada uma série de sessões de formação dirigidas aos militares da GNR/SEPNA, com a colaboração de diversos especialistas, e realizadas ações de fiscalização conjunta para aplicação prática de conhecimentos e familiarização com situações concretas no terreno.

Efetuararam-se os procedimentos instrutórios de análise de PATA (com mais de 95% de pareceres emitidos dentro do prazo) e de relatórios de trabalhos arqueológicos, em conformidade com as atribuições conferidas à DRCAlg pela legislação aplicável, e acompanharam-se as intervenções autorizadas, incluindo a componente arqueológica das intervenções em bens imóveis classificados e em imóveis localizados nas zonas de proteção (com uma taxa de acompanhamento de mais de 50% de trabalhos arqueológicos intrusivos no subsolo).

 GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA CULTURA DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	Relatório de Atividades 2016	23/48

Efetuaram-se os procedimentos instrutórios de salvaguarda com vista a responder a pedidos de informação prévia, a comunicação prévia e ao licenciamento de obras em imóveis e sítios classificados ou em vias de classificação, nas respetivas zonas de protecção e nas áreas com sensibilidade arqueológica, em conformidade com as atribuições conferidas à DRCAIlg pela legislação aplicável (com mais de 95% de pareceres emitidos dentro do prazo).

Foi prestado apoio técnico e efetuado o acompanhamento, monitorização e controlo das intervenções nos bens culturais classificados da região (tendo sido monitorizadas pela DRCAIlg 80% das intervenções efetuadas na região).

Os técnicos da DRCAIlg emitiram parecer sobre Instrumentos de Gestão Territorial / Planos Municipais de Ordenamento do Território e Avaliações de Impacte Ambiental (com mais de 95% de pareceres emitidos dentro do prazo) e integraram as respetivas Comissões de Acompanhamento, em conformidade com as atribuições conferidas à DRCAIlg pela legislação aplicável.

A DRCAIlg participou no desenvolvimento do projeto «Articular para Intervir», corporizando o seu contributo para o plano de salvaguarda da Dieta Mediterrânica, dinamizando ações em torno da salvaguarda deste património reconhecido pela UNESCO como PCI da Humanidade.

Efetuaram-se os procedimentos instrutórios de análise de PATA (com mais de 95% de pareceres emitidos dentro do prazo) e de relatórios de trabalhos arqueológicos, em conformidade com as atribuições conferidas à DRCAIlg pela legislação aplicável, e acompanharam-se as intervenções autorizadas, incluindo a componente arqueológica das intervenções em bens imóveis classificados e em imóveis localizados nas zonas de proteção (com uma taxa de acompanhamento de mais de 50% de trabalhos arqueológicos intrusivos no subsolo).

Efetuaram-se os procedimentos instrutórios de salvaguarda com vista a responder a pedidos de informação prévia, a comunicação prévia e ao licenciamento de obras em imóveis e sítios classificados ou em vias de classificação, nas respetivas zonas de protecção e nas áreas com sensibilidade arqueológica, em conformidade com as atribuições conferidas à DRCAIlg pela legislação aplicável (com mais de 95% de pareceres emitidos dentro do prazo).

Foi prestado apoio técnico e efetuado o acompanhamento, monitorização e controlo das intervenções nos bens culturais classificados da região (tendo sido monitorizadas pela DRCAIlg 85% das intervenções efetuadas na região).

Os técnicos da DRCAIlg emitiram parecer sobre Instrumentos de Gestão Territorial / Planos Municipais de Ordenamento do Território e Avaliações de Impacte Ambiental (com mais de 95% de pareceres emitidos dentro do prazo) e integraram as respetivas Comissões de Acompanhamento, em conformidade com as atribuições conferidas à DRCAIlg pela legislação aplicável.

A DRCAIlg participou no desenvolvimento do projeto «Articular para Intervir», corporizando o seu contributo para o plano de salvaguarda da Dieta Mediterrânica, dinamizando ações em torno da salvaguarda deste património reconhecido pela UNESCO como PCI da Humanidade.

2.5.4. Na vertente do estudo valorização/requalificação e difusão dos bens culturais

Continuaram a implementar-se ações de articulação com o turismo e com as autarquias para a valorização e divulgação patrimonial, procurando valorizar e divulgar o património cultural através do desenvolvimento de ações da Rota Omíada (sendo o beneficiário principal/ «chefe de fila» a Fundação Pública do Legado Andaluz, e parceiros do projeto vários organismo e instituições de Espanha, Tunísia, Egito, Jordânia e Líbano) e de candidaturas ao Interreg V, procurando viabilizar intervenções

Handwritten signature

em torno de rotas turístico-patrimoniais que podem contribuir para maior atratividade da região.

Foi dado apoio à preparação de candidaturas de intervenção prioritária decorrentes do PRIPALG ao PO regional, dirigida à valorização dos bens culturais das comunidades religiosas do Algarve.

A DRCAIG produziu estudos científicos incidindo sobre os bens culturais da região, designadamente sobre aqueles que lhe estão afetos, com publicação de resultados em edições especializadas e difusão em encontros profissionais. Assim, durante o ano de 2016 foram apresentados para publicação ou editados e apresentados publicamente os seguintes trabalhos de autoria ou co-autoria de trabalhadores da DSBC:

Capítulos de livro publicados:

1. Parreira, R., A comunicação sobre o 3.º milénio a.n.e. nos museus do Algarve. In Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves [A. C. Sousa, A. Carvalho & C. Viegas, eds]. Estudos & Memórias, 8, Lisboa: Uniarq, p. 243-255.

Capítulos de livros, aceite para publicação:

1. Morán, E., Parreira, R. & Becker, H., Alcalar and the management of the resources of its territorial environment in the third millennium BCE (em colaboração com E. Morán e H. Becker). In «Key Resources and Socio-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic [Bartelheim, M., Kunst, M. & Bueno. M, eds]. ResourceCultures, Tübingen.

Artigos publicados em revistas com arbitragem científica

1. Morán, E. & Parreira, R., El Calcolítico final en el entorno territorial de la Bahía de Lagos (Algarve, Portugal): Cambios en la cultura material y evidencias de

transformación en la formación económico-social clasista inicial [em colaboração com E. Morán]. «Revista Atlántico-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social», Cádiz, 16, 2014, p. 95-105 [publicado em 2016].

Conferências proferidas por convite:

1. Parreira, R., Lugares da Primeira Globalização. Conferência apresentada no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus / Câmara Municipal de Lagos, 16/05/2016.
2. Morán, E. & Parreira, R., The fortified enclosures of Lagos and Sagres (Algarve, Portugal): two places in the globalization circa 1450. Comunicação apresentada no workshop do Cluster II – Conflito e Inovação – do Instituto Arqueológico Alemão «Military Innovations in Prehistory and Antiquity and the Military History of the Iberian Peninsula». Torres Vedras, 27-28/05/2016.
3. Parreira, R., Testemunho literário, registo arqueológico e abordagem museológica: a construção da memória dos escravos negros em Lagos. Comunicação apresentada nas Jornadas de Lagos – A História e a Memória dos Escravos Africanos / Centro Cultural de Lagos, 14/11/2016.

2.5.5. Apoio técnico a museus e coleções visitáveis da região

A DRCALG participou nas reuniões plenárias da Rede de Museus do Algarve e nas reuniões dos Grupos de Trabalho de Arqueologia (RMA-ARO) e de Património Cultural Imaterial (RMA-PCI).

Assegurou-se a gestão da reserva de materiais arqueológicos afeta à DRCALG, em Faro, e do depósito dos materiais arqueológicos do Castelo de Aljezur, em Aljezur, mas não

[Handwritten signature]

foi ainda possível estabelecer as desejáveis reservas de materiais arqueológicos em Vila do Bispo e Castro Marim.

Prestou-se colaboração ao Museu Municipal José Formosinho, tutelado pela Câmara Municipal de Lagos (correspondendo a um pedido por esta formulado à Direção Regional de Cultura do Algarve), para instalar o núcleo museológico «Rota da Escravatura» na antiga vedoria, conhecido como Mercado de Escravos, que teve participação do DSBC produzindo o Programa Museológico e colaborando na elaboração de textos da Exposição Permanente. As instalações foram inauguradas por S. E. o Senhor Ministro da Cultura em 06/06/2016.

A DRCALG participou nas reuniões plenárias da Rede de Museus do Algarve e nas reuniões dos Grupos de Trabalho de Arqueologia (RMA-ARQ) e de Património Cultural Imaterial (RMA-PCI).

Assegurou-se a gestão da reserva de materiais arqueológicos afeta à DRCALG, em Faro, e do depósito dos materiais arqueológicos do Castelo de Aljezur, em Aljezur, mas não foi ainda possível estabelecer as desejáveis reservas de materiais arqueológicos em Vila do Bispo e Castro Marim.

Prestou-se colaboração ao Museu Municipal José Formosinho, tutelado pela Câmara Municipal de Lagos (correspondendo a um pedido por esta formulado à Direção Regional de Cultura do Algarve), para instalar o núcleo museológico «Rota da Escravatura» na antiga vedoria, conhecido como Mercado de Escravos, com um Programa Museológico que teve participação do DSBC e cujas instalações foram inauguradas pelo Ministro da Cultura no dia 06/06/2016.

 GOVERNO DE PORTUGAL DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	MINISTÉRIO DA CULTURA	Relatório de Atividades 2016	28/48

3. Divisão de Administração de Recursos

4.1. Âmbito de atividade e competência

A unidade orgânica Divisão de Administração de Recursos (DAR) foi criada na dependência hierárquica da Diretora Regional por Despacho n.º 11147/2012, de 16 de agosto, ao abrigo do disposto nos n.ºs 5 e 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto -Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, e pelo Decreto -Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro, bem como em observância pelo consagrado no n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 227/2012, de 3 de Agosto.

À Divisão de Administração de Recursos compete:

- a) Coordenar a elaboração do plano anual de atividades — ou outros instrumentos de gestão estratégica — e acompanhar a sua execução;
- b) Elaborar o relatório anual de atividades;
- c) Elaborar o orçamento e acompanhar a sua execução;
- d) Instruir os processos relativos à cobrança e arrecadação de receitas e à realização de despesas e executar o respetivo ciclo, assegurando o registo das operações que lhe estão associadas;
- e) Promover a constituição, reconstituição e liquidação do fundo permanente e de maneiço;
- f) Elaborar a conta de gerência;
- g) Colaborar com a Unidade Ministerial de Compras (UMC) da Secretaria -Geral da Presidência do Conselho de Ministros efetuando a agregação das necessidades de aquisição de bens e serviços;
- h) Administrar os bens afetos à Direção Regional de Cultura, mantendo atualizado o inventário e cadastro dos bens móveis, e assegurar a manutenção das instalações e equipamento, sem prejuízo das competências, neste domínio, da Secretaria -Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
- i) Identificar as necessidades de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento das unidades orgânicas e assegurar a distribuição dos stocks pelas diversas unidades orgânicas;
- j) Propor à UMC da Secretaria -Geral Presidência do Conselho de Ministros a alienação dos bens que se mostrem inúteis ou desnecessários ao funcionamento da Direção Regional de Cultura;
- k) Assegurar a emissão de certidões requeridas, nos termos legais;

- l) Coordenar a gestão das lojas, respetivos stocks e bilheteiras do património imóvel classificado que lhe está afeto;
- m) Colaborar na elaboração de protocolos ou acordos de cooperação a realizar com entidades públicas ou privadas;
- n) Colaborar com a Direção de Serviços de Bens Culturais na preparação de cadernos de encargos relacionadas em intervenções nos imóveis afetos;
- o) Executar as tarefas administrativas relativas à gestão dos recursos humanos;
- p) Elaborar o plano anual de formação;
- q) Elaborar o balanço social;
- r) Assegurar o processamento dos vencimentos do pessoal e demais abonos, bem como os descontos que sobre eles incidam;
- s) Assegurar a execução do sistema de avaliação de desempenho;
- t) Apreciar e informar os pedidos respeitantes à administração de pessoal, emitir certidões e assegurar a execução do expediente respetivo;
- u) Organizar e manter atualizado o cadastro de pessoal;
- v) Garantir o cumprimento das normas relativas às condições de higiene, saúde e segurança no trabalho;
- w) Instruir os processos de acidentes em serviço;
- x) Proceder à disponibilização interna, preferencialmente por via eletrónica, de normas e diretivas necessárias ao funcionamento da Direção Regional de Cultura;
- y) Executar as tarefas inerentes ao expediente, designadamente receção, classificação, registo, distribuição interna e expedição;
- z) Assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de arquivo da Direção Regional de Cultura;
- aa) Contribuir para a eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Direção Regional de Cultura, elaborando e mantendo atualizados manuais de procedimentos internos;
- ab) Acompanhar as medidas preconizadas pela sociedade de informação e promover a sua aplicação, visando alcançar objetivos de racionalização e modernização administrativa para a efetiva desmaterialização e simplificação dos procedimentos;
- ac) Assegurar o funcionamento e atualização dos sistemas operacionais informáticos de suporte à gestão financeira, à gestão de recursos humanos e à circulação de informação;
- ad) Manter atualizado e funcional o parque informático e os sistemas de redes informáticas da DRC.

A DAR integra as seguintes secções:



 GOVERNO DE PORTUGAL DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	MINISTÉRIO DA CULTURA	Relatório de Atividades 2016	30/48
--	-----------------------	------------------------------	--------------

- a) Secção de Recursos Financeiros e Logísticos;
- b) Secção de Recursos Humanos, Expediente e Arquivo.

A DAR é responsável pela área de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, assegurando a execução dos procedimentos relacionados com os recursos humanos, a execução financeira e patrimonial dos orçamentos de funcionamento e de investimento, bem como a gestão orçamental das seguintes actividades:

Atividade 106 – Qualificação, Promoção e Divulgação Cultural;

- Execução orçamental relacionada com o Apoio à Ação Cultural;
- Execução orçamental das acções realizadas no âmbito do Programa DiVaM;

Atividade 108 – Museus, Património Móvel e Imaterial:


- Execução orçamental das acções realizadas no âmbito do Protocolo realizado com a Fundação Gulbenkian.

Atividade 109 – Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico

- Execução orçamental do Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres, a nível de receita e despesa nas diversas fontes de financiamento.

Atividade 258 – Gestão Administrativa, com a execução orçamental das seguintes despesas:

- Todas as despesas relacionadas com pessoal;
- Todas as aquisições de bens e serviços através da UMC/ANCP;
- Todas as despesas relacionadas com encargos das instalações, comunicações, aquisição de bens e serviços no âmbito do funcionamento corrente;
- Despesas relacionadas com as Bolsas dos contratos de emprego e inserção, no âmbito do IEFP;

 GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA CULTURA DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	Relatório de Atividades 2016	31/48

- Preparação e apuramento do IVA trimestral, com a sua movimentação a nível de Gerfip e Portal das Finanças;
- Execução orçamental do Projeto Umayyad.

A passagem da Contabilidade Pública para o POCP, desde 2013, continua a requerer dos trabalhadores um maior empenho e dedicação pois considera-se que a formação a que os trabalhadores tiveram acesso não foi suficiente e continuamos a deparar com situações que obrigam a muitas leituras de forma a tentar resolver situações que surgem e que não foram objecto de formação.

De realçar que apesar de todas as vicissitudes a DAR cumpriu as solicitações e as suas responsabilidades respeitando os prazos e executando as tarefas necessárias, devido à competência, dedicação e sentido de responsabilidade de todos os seus trabalhadores.

4.2. Plataformas utilizadas

- Gerfip
- Sistemas de Informação Contabilística (SIC);
- Sistemas de Recursos Humanos (SRH);
- Sistema de Gestão de Receita (SGR);
- UMC/ANCP;
- Bizgov;
- Saphety;
- SIOE;
- DGAEP – GREVES;
- Serviços online da DGO;
- SIGO;
- CGA (RCI e portal online);



 GOVERNO DE PORTUGAL	MINISTÉRIO DA CULTURA	Relatório de Atividades 2016	32/48
DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE			

- ADSE;
- Segurança Social (DRI e portal online);
- Serviços Sociais da Administração Pública;
- IN-CM - DRE;
- SGU;
- GEADAP - SIADAP/QUAR;
- BEP;
- PEPAC;
- Homebanking; /IGCP
- Contab;
- Portal das Finanças;
- Formulários eletrónicos para a área de Recursos Humanos;
- Tribunal de Contas – Prestação electrónica de contas e outras;
- ViaCTT;
- E-Fatura;
- INA;
- POCTEP;
- PO Algarve21;
- IGF;
- SIIE;
- ANCP;
- IGFUJ.

4.3. Gestão Financeira:

O Plafond atribuído para o orçamento de 2016 foi o seguinte:

- Orçamento de Funcionamento – 885.652€

A estes valores acresce a receita proveniente das seguintes Fontes de Financiamento;

- 123 – Receita Própria do Ano com possibilidade de transição – 710.000€;
- 129 – Transferências do PIPITAL – 500.000€;
- 167 – Receita Própria afeta a projConf – 10.000€;
- 169 – Transferências de outros organismos – PIT – 1.243.300€;
- 218 – FEDER – PO Regional Algarve – 1.061.134€;
- 221 – POCTEP – 30.000€.
- **TOTAL 4.440.086€**

Balancete de Receita 2016 – Orçamento de Funcionamento:

Fonte de Financiamento	Orçamento Inicial	Receita Cobrada
111 – Receitas Gerais	885.652€	814.218,48€
121 – Saldos de RP transitado	0,00€	985.184,63€
123 – Receita Própria	710.000€	714.375,80€
129 – PIPITAL	500.000€	364.931,54€
167 – RP proj cofinanciado	10.000€	5.500,00€
168 – Saldos afetos ProjConf.	0,00€	232.841,92€
169 - PIT	1.243.300€	0€
218 - FEDER	1.061.134€	51.218,11€
221 – Coop. Transfronteiriça	30.000€	928,12€
280 - Outros	0,00€	284,92€
Total	4.440.086€	3.169.483,52€

Balancete de Despesa 2016 – Orçamento de Funcionamento:

Fonte Financiamento	Orçamento corrigido	Congelamento	Compromissos	Pagamentos
111	885.652€	67.950€	814.218,48€	814.218,48€
121 (a)	211.951€	0,00€	182.106,58€	182.106,58€
123	710.000€	167.038€	528.946,60€	522.879,53€
129 (b)	500.000€	0,00€	331.305,50€	324.546,47€
167	10.000€	1.626€	5183,29€	5.183,29€
168	232.842€	0,00€	183.052,67€	175.526,47€
169 (c)	1.243.300€	444.793€	0,00€	0,00€

12

218 (d)	1.061.134€	0,00€	373.841,81€	47.905,32€
221	30.000€	2.056€	0,00€	0,00€
280	0€	0,00€	0,00€	0,00€
Total	4.884.879€	683.463€	2.418.654,93€	2.072.366,14€


- (a) – Foi autorizada a transferência do saldo de 2015, no valor de 1.218.140,56 , distribuídos pelas Fonte de Financiamento 121 – 985.298,64 e na Fonte de Financiamento 168 – 232.841,92 . Destes montantes apenas foi autorizado utilizar em despesa 211.951 na Fonte de Financiamento 121 e 232.842 na Fonte de Financiamento 168.
- (b) - Dos 500.00 inscritos no orçamento inicial, correspondente ao apoio PIPITAL, para o projeto de Recuperação e Valorização do Promontório de Sagres, apenas foi recebido o montante de 331.305,50 ;
- (c) – Dos 1.243.300 inscritos em orçamento inicial, referente ao apoio PIT, para o projeto de Recuperação e Valorização do Promontório de Sagres, não recebemos qualquer valor este ano de 2016;
- (d) Dos 1.061.134 inscritos apenas recebemos 51.218,11 de reembolsos da comparticipação FEDER para o projeto de Recuperação e Valorização do Promontório de Sagres.

A execução orçamental do orçamento de Funcionamento decorreu dentro da normalidade apesar das cativações/congelamentos que totalizaram 683.463 .

A execução orçamental das Actividades 258 – Gestão Administrativa, 106 – Qualificação, Promoção e Divulgação Cultural, 108 – Museus, Património Móvel e Imaterial e a 109 – Património Arquitectónico e Arqueológico desenvolveram-se dentro da normalidade com as seguintes taxas de execução:

- Fonte de Financiamento 111 – 99,57%;
- Fonte de Financiamento 121 – 85,92%;

AS

 GOVERNO DE PORTUGAL	MINISTÉRIO DA CULTURA	Relatório de Atividades 2016	35/48
		DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	

- Fonte de Financiamento 123 – 96,30%;
- Fonte de Financiamento 129 – 64,91%;
- Fonte de Financiamento 167 – 61,90%;
- Fonte de Financiamento 168 – 75,38%;
- Fonte de Financiamento 169 – 0,00%;
- Fonte de Financiamento 218 – 4,51%;
- Fonte de Financiamento 221 – 49,33%.

A DAR desenvolveu todos os procedimentos financeiros para aquisição de bens, serviços, empreitadas, apoios no âmbito da Ação Cultural, envio de documentação para reembolsos do PIT, PIPITAL e QREN do projeto de Qualificação e Valorização do Promontório de Sagres e projeto Umayyad.

Foram elaborados mapas de pessoal com indicação dos abonos e descontos devidos para apoio à execução do orçamento.

Foram registadas, mensalmente, no homebanking, Gerfip e SGR, as receitas provenientes da venda de bens e serviços, assim como as dos apoios do PIT, PIPITAL, QREN e Mecenias e posteriormente carregadas no Gerfip para execução financeira.

Foram carregados na página on-line da DGO, os PLCs mensais por conta do orçamento de funcionamento e Investimento, depois de tratados em Gerfip.

Foram registados, mensalmente, na página on-line da DGO, as PME (Previsão Mensal de Execução).

Foram remetidos, mensalmente, para a SGPCM e GEPAC, os mapas com a execução orçamental dos orçamentos de funcionamento.

Foram cumpridos os prazos estipulados para a obrigatoriedade de registo na DGO-Online, SIGO e outras plataformas de toda a informação relacionada com pessoal, economato, património e execução material e financeira.

Foram respondidas, dentro dos prazos fixados, as solicitações on-line, da SG-PCM, GEPAC, SEC, SIGO, DGO, UMC/ANCP, SGU, Homebanking, DGAEP, SIOE, Balanço Social e outras das mais diversas entidades.

Foram desenvolvidos todos os procedimentos administrativos no SIGO, para carregamento dos orçamentos de funcionamento e de Investimento nos serviços on-line da DGO dentro da data fixada para o efeito.

Foram executados todos os procedimentos administrativos que constituem a Conta de Gerência e remetidos via on-line, para o Tribunal de Contas dentro do prazo fixado.

4.4. Procedimentos de aquisição de Bens ou Serviços:

No ano de 2016, foram realizados os seguintes procedimentos através da Unidade Ministerial de Compras (UMC) para aquisição de bens e serviços, ao abrigo de acordos quadro:

- Aquisição centralizada para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre – o6AQ – SGPCM/2016;
- Aquisição de serviço móvel terrestre – o2AQ-SGPCM/2016;

Foram realizados os seguintes procedimentos de aquisição de bens e serviços, fora dos acordos quadro:

- AD-01/DRCALG/2016 – Prestação de serviços para a conceção de imagem gráfica e materiais de comunicação para o programa DiVaM 2016;
- AD-02/DRCALG/2016 – Desmatção e manutenção dos espaços exteriores dos imóveis afetos à DRCALG;



- AD-03/DRCALG/2016 – Tradução do plano de ação local Omíada;
- AD-04/DRCALG/2016 – Tradução da Carta de Compromisso da «Rota Omíada»;
- AD-05/DRCALG/2016 – Maquetagem e arte final do livro “Contributos para a Alimentação Algarvia” a partir das atas de Loulé;
- AD-06/DRCALG/2016 – Prestação de serviços para o Estudo sobre o grau de satisfação dos visitantes dos monumentos afetos à D. R. de Cultura do Algarve;
- AD-07/DRCALG/2016 – Ajuste Direto para a realização da empreitada de «Requalificação e valorização dos edifícios dos anos 90 - corpo A na Fortaleza de Sagres»;
- AD-08/DRCALG/2016 – Ajuste Direto para a realização da empreitada de «Requalificação e valorização dos edifícios dos anos 90 - corpos B,C,D na Fortaleza de Sagres»;
- AD-09/DRCALG/2016 – Caracterização dos Sais presentes no Portal Principal da Sé de Silves: Estudo -Diagnóstico pormenorizado, Análise e Propostas de Atuação;
- AD-10/DRCALG/2016 – Ajuste Direto para a «Prestação de serviços de fiscalização, gestão da qualidade, coordenação de segurança em obra e coordenação de gestão ambiental das empreitadas de Requalificação e Valorização dos edifícios dos «anos 90» – corpo A e corpos B, C, D»;
- AD-11/DRCALG/2016 – Empreitada de Reabilitação das Guardas de Segurança em Madeira e Reparação de Calçada na Fortaleza de Sagres;
- AD-12/DRCALG/2016 – Impressão do livro «Contributos para a Alimentação Algarvia (1384-1488»;
- AD-13/DRCALG/2016 – Aquisição de várias tarefas no âmbito do parque informático da DRCALG e Monumentos afetos;

- AD-14/DRCALG/2016 – Aquisição de serviços de manutenção do sistema AVAC instalados nos edifícios dos anos 90 na Fortaleza de Sagres;
- AD-15/DRCALG/2016 – Aquisição de acessórios para Instalações Sanitárias públicas na Fortaleza de Sagres;
- AD-16/DRCALG/2016 – Fornecimento e montagem de totens informativos para a Ermida de N.S. de Guadalupe;
- AD-17/DRCALG/2016 – Empreitada para a realização de trabalhos de caiação/pintura das paredes exteriores e pintura das portas: Igreja de N.S. da Graça e Auditório, na Fortaleza de Sagres;
- AD-18/DRCALG/2016 – Serviços de Direção e Coordenação da segunda fase do projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres (PRVPS);
- AD-19/DRCALG/2016 – Fornecimento e colocação de switch com 12 entradas e respetivos componentes;
- AD-20/DRCALG/2016 – Consolidação da cisterna do Castelo de Aljezur.

Foi ainda realizado o seguinte concurso público:

- CPLPQ-01/DRCALG/2016 – Concurso Público Limitado por Prévia Qualificação: Museografia e Instalação do Centro Expositivo do Promontório de Sagres.

Foram realizados os seguintes pedidos de exceção, aos acordos quadro para:

- Prestação de serviços relativa à desmatação dos imóveis afetos à DRCALG;
- Prestação de serviços de assistência de informática para a Direção Regional de Cultura do Algarve;
- Seguro Automóvel.

Quantidade de procedimentos executados:

AA

Financeira (GerFip)

- 3403 Processos de despesa;
- 596 Cabimentos;
- 593 Compromissos;
- 126 PAP;
- 143 Processos de Receita;
- 12 PLCs;
- 299 Faturas de venda de bens e serviços;
- 66 Alterações Orçamentais;
- 1531 Notas de Encomenda.

Expediente (Contab)

- 3.742 Entradas;

- 937 Saídas.

Outros

Resposta a 25 mapas, solicitando dados diversos, por parte do GEPAC, SG-PCM e Gabinete do SEC.

4.5. Gestão de Recursos Humanos:

A DAR também desenvolveu ações relativas aos recursos humanos tais como mobilidade, candidaturas a estágios e candidaturas a programas CEIs.

Realização da gestão de todo o expediente da DRCALG, entradas e saídas de documentos e respetivo arquivo físico e digital.

AB

 GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA CULTURA DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	Relatório de Atividades 2016	40/48

De registar o elevado número de mapas, quer financeiros quer de recursos humanos, respeitantes ao controlo do número de trabalhadores e reduções com encargos, derivados da complexa gestão administrativa e financeira imposta pelas medidas no OE com o programa de apoio financeiro, que se tem verificado ao longo dos últimos anos.

- Foram inscritas no GeRFip e SRH, as fichas de novos trabalhadores/fornecedores e actualizadas, se necessário, as já existentes;
- Foi preenchido o relatório de formação (RAF) relativo ao ano de 2016 e enviado para a DGAEP e SG;
- Foi elaborado um Relatório de Gestão Comercial – janeiro a dezembro de 2016, com uma análise comparativa das vendas realizadas no ano de 2015, apresentando uma análise comparativa das vendas realizadas nas lojas dos monumentos afectos à DRCAIG, em anexo:
 - Fortaleza de Sagres
 - Ermida de N^a Sr.^a de Guadalupe
 - Monumentos Megalíticos de Alcalar
 - Villa Romana de Milreu

4.5.1. Recrutamento

- O concurso para recrutamento de 2 assistentes técnicos, aviso n.º 13048/2009, de 16/07/2009, publicado no DR 2ª série, n.º141, de 23 de julho de 2009, encontra-se no tribunal de Loulé a aguardar decisão. Anteriormente, foi rececionado Acórdão a 27/02/13, pelo CEJUR-PCM, e foram enviados dados em março de 2013.

AA

- No ano 2016 a Direção Regional reforçou os seus recursos humanos com a entrada de 3 Técnicos Superiores em regime de mobilidade

4.5.2. Licenças

Foi realizada a prorrogação de 1 licença sem remuneração iniciada 02 de abril de 2012.

4.5.3. Aposentação

No ano de 2016 ninguém se aposentou.

4.5.4. Juntas Médica

Foram realizadas no âmbito da lei 4 juntas médicas durante o ano 2016.

Foi elaborado QUAR relativo ao ano de 2016, tendo sido carregado no portal da GEADAP.

4.5.7. Alterações Remuneratórias

No ano de 2016 não houve alterações remuneratórias.

4.5.8. Mapa de pessoal

Listagem nominal dos lugares do Mapa de Pessoal desta Direção preenchidos, discriminados por categoria e relação jurídica de emprego, à data de 31 de dezembro de 2016.

4.5.9. Ações de Formação, Seminários, workshops e outro, desenvolvidos em 2016

Mapa de Ações de Formação, Seminários, workshops e outros, desenvolvidos em 2016

Acção de Formação	Local	Data	Horas	Inscrição	Entidade
Excel Iniciação	Loulé	22 e 29 de Abril; 6 e 13 de maio	16 horas	65€	NERA - ASS. EMPRESARIAL DA REGIÃO DO ALGARVE
Atendimento ao Cliente e Gestão de Reclamações	Loulé	21 e 28 de novembro e 5, 12 e 19 de dezembro	18horas	65 €	NERA - ASS. EMPRESARIAL DA REGIÃO DO ALGARVE

Aplicador produtos Fitofarmacêuticos	Faro	15 de fevereiro a 3 de março	35 horas	0€	Direção- Geral de Agricultura e Desenvolvimento Geral
Workshop Comunicação e Marketing de Espectáculos	Faro	18-04-2016	7h	0 €	Biblioteca Municipal de Faro
IX Congresso de Sociologia - 6 a 8 de Julho	Gambelas	6 a 8 de julho	n/d	180 €	Universidade do Algarve
2º Seminário do Ciclo de Conferências em Intervenções em Património Edificado	Faro -UALG	16-12-2016	5h	0	Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve
5ª Sessão Apresentação de Boas Práticas de Valorização das Pessoas	Faro	07/04/2016	3h	0	INA – CCDR Algarve
1º curso de pós-graduado Jornadas para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial do Algarve	Lisboa	3/03 a 16/06 de 2016 (às quintas feiras)	40h	200€	Universidade de Lisboa

4.6. Disponibilização e Comunicação de dados

Foram realizadas 1 publicações em Diário da República:

1 – Prémio Maria Veleda.

Foram colocados no site da DR CALG (www.cultalg.pt) os mapas relativos a Plano de Atividades, Balanço Social, Mapa de Pessoal e QUAR.

4.7. Gestão dos Monumentos afetos

Assegurou-se a atualização das estatísticas de visitantes/utentes em monumentos afetos com acesso controlado, para aferir a evolução do número de visitantes e a evolução das receitas dos monumentos afetos.



Com exceção da Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, constata-se um acréscimo de visitantes em todos os monumentos, sendo que o aumento global é na ordem dos 5,12%. Os visitantes nacionais representam 20,10% da totalidade dos visitantes, os estrangeiros 79,90%.

No que se refere às receitas próprias provenientes dos monumentos constata-se uma diminuição de 4,23% no conjunto dos monumentos, comparativamente ao ano anterior. Esta diminuição é devida ao encerramento da loja da Fortaleza de Sagres face às intervenções em curso no âmbito do Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres.

Maioritariamente as receitas são provenientes dos ingressos de entrada, na ordem de 97,19%. As lojas contribuem com 1,35%, o vending com 0,77%, a concessão de espaços e outros com 0,69%

No que se refere á fruição pública dos monumentos, e independentemente das dificuldades operacionais decorrentes da escassez de recursos humanos, verifica-se que no ano em análise os serviços da DRCAIG mantiveram os monumentos abertos ao público.

4.8. Publicidade Institucional

De acordo com a Portaria 1297/2010, de 21 de dezembro, integram o conceito de publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer outras formas de comunicação realizadas pelas entidades, mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.



 GOVERNO DE PORTUGAL	MINISTÉRIO DA CULTURA	Relatório de Atividades 2016	44/48
DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE			

As entidades abrangidas pela presente portaria devem, nos termos da Lei n.º 95/2015, de 17 de Agosto comunicar à ERC a despesa efetuada com a Publicidade Institucional.

Em 2016

a Direção Regional de Cultura do Algarve teve a seguinte publicidade institucional:

Durante o ano de 2016 apenas tivemos como publicidade institucional o pagamento de 800,00 à Editorial MIC SL, relativa à proposta publicitária “Publicações Oficiais ANA Aeroportos” e à Publicação do Concurso ao Público Comunicação Social S.A.



5. Avaliação final

5.1. Avaliação final DSBC

Se bem que com restrições financeiras e escassez de recursos humanos, a DSBC procurou, e conseguiu, cumprir os objetivos traçados no QUAR.

Porém, as atividades desenvolvidas pelos seus técnicos extravasaram esses objetivos, procurando sempre assegurar as competências que lhe estão legalmente atribuídas. Assim, pode concluir-se que foi consolidada uma linha de atuação que, procurando cumprir com as opções traçadas pelo Governo, se articulou com a ação dos municípios e dos organismos desconcentrados da administração central, nomeadamente através de uma concertação e constante cooperação entre os técnicos da DSBC, das autarquias e da CCDR Algarve, em particular nos domínios da salvaguarda dos bens culturais de natureza arquitetónica, arqueológica e imaterial, da ação dos museus e da gestão territorial.

5.2. Avaliação final DAR

De salientar que para além das dificuldades financeiras e da falta de recursos humanos, a DAR, desenvolveu a sua atividade cumprindo os objetivos e as competências que lhe foram fixadas, para o ano de 2016, com zelo e empenho.

Para além destas ainda desenvolveu outras atividades nomeadamente, na continuação da implementação do POCP através do GerFip, na utilização de Plataformas Eletrónicas diversas, na área de recursos humanos, financeiros, na aquisição de bens e serviços, entre outras.

Decorrente do apresentado neste Relatório de Atividades, pode concluir-se que foi consolidada uma linha programática no ano de 2016 em relação ao planeado, tendo os objetivos constantes do QUAR, Oo7. Monitorizar os indicadores de desempenho das

unidades homogêneas (imóveis afetos), de forma a garantir a sua comparabilidade, sido conseguido a 100% (data de entrega a 26/01/2016) e Oo8. Promover a formação profissional, sido ultrapassado (frequentaram 8 trabalhadores formação pelo que perfaz uma percentagem de 20%). É no entanto de salientar que as dificuldades inerentes à escassez de meios humanos que se verificam e se agudizam nestas particulares circunstâncias, ainda assim com o esforço e empenhamento de todos os dirigentes e funcionários, foram aqueles objetivos, em muitos casos, inteiramente superados.

Em resumo, no que importa ter presente para uma correção das atividades a desenvolver, numa perspectiva de atuação futura e numa tendência de melhoria continua, salienta-se que toda a dinâmica de mudança exigida pelas transformações que se operaram a nível da Administração Pública e a nível conjuntural, obrigam a ter sempre presente o papel da dimensão cultural nos seus mais polifacetados aspetos, seja nos campos da educação, do ensino, do lazer, e do seu contributo para o desenvolvimento do país, particularmente na Região do Algarve, cabendo à DRCAIlg um papel marcante na preservação e salvaguarda do Património Cultural.

A dimensão plural e transversal da cultura deverá ter também sempre presente os problemas de sustentabilidade a acautelar em todas as suas atividades, procurando através de uma gestão e ação equilibrada, tirar o melhor partido dos seus recursos – internos e externos – e desenvolvendo a sua actividade numa perspetiva de serviço à comunidade em estreita cooperação com todas as entidades públicas e privadas.

 GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA CULTURA DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE		Relatório de Atividades 2016	47/48

5.3. Avaliação final da Direção Regional de Cultura do Algarve

De acordo com o artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, propõe-se a avaliação de desempenho da Direção Regional de Cultura do Algarve (SIADAP 1) de Desempenho de BOM, uma vez que se atingiu a maior parte dos objetivos propostos, superando alguns. De salientar que a flutuação dos colaboradores, por via de mobilidades e a saída de colegas, dificultou a concretização de todas as tarefas e execução dos objetivos propostos. O esforço colocado no cumprimento foi muito elevado.


Faro, 30 de março de 2017

A Diretora Regional de Cultura



(Alexandra Rodrigues Gonçalves)

Handwritten signature

 GOVERNO DE PORTUGAL DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE	MINISTÉRIO DA CULTURA	Relatório de Atividades 2016	48/48

Anexos